



CÂMARA DE BRAGA VAI SOLICITAR PERDÃO DAS DÍVIDAS AO GOVERNO

Segurança Social admite reavaliar processo de docentes que têm de devolver subsídios

As centenas de docentes de Braga e Guimarães que receberam subsídios de desemprego indevidos, por culpa das câmaras que os contrataram, poderão ver a vida facilitada. A Segurança Social admitiu ontem reavaliar todos os casos.

© JOAQUIM MARTINS FERNANDES

O Instituto da Segurança Social manifestou-se ontem disponível para reavaliar todos os casos dos docentes contratados a tempo parcial para as Atividades Extracurriculares e que estão a ser notificados para reporem as prestações sociais por desemprego que receberam, por erro das informações prestadas pelas câmaras municipais que os contrataram.

A tomada de posição surge na sequência da dimensão nacional que assumiu o drama das quatro centenas de docentes que trabalharam para a Câmara Municipal de Braga e que começaram a



Segurança Social admite reavaliar com as câmaras solução para caso dos docentes das AEC

ser notificados para devolver milhares de euros. Também ontem o município de Braga afirmou que vai fazer tudo para que os professores não sejam prejudicados pelo erro cometido pelos serviços municipais. O presidente Ricardo Rio revelou que a autarquia bracarense vai bater-se pelo perdão da dívida. Sem ir tão longe, a Segurança Social, em declarações à Agência Lusa, manifestou-se «inteiramente disponível para avaliar todos os casos e soluções que venham a ser apresentadas pelas entidades empregadoras»

que incorreram no erro. A instituição tutelada pelo ministro Pedro Mota Soares, salientando que «ainda não procedeu ao envio das notas de reposição a estes beneficiários», faz saber que o município de Braga, «apesar de ter sido alertado no ano de 2013, só agora no mês de junho de 2015 é que procedeu ao envio das listagens com a identificação dos trabalhadores e o número de dias de trabalho».

No mesmo comunicado, a Segurança Social refere que o município de Guimarães foi o único que regularizou, até ao mo-

mento, as declarações de remunerações dos professores contratados para atividades extracurriculares.

Dando conta que foi através das declarações da autarquia vimaranense que detetou as irregularidades, a Segurança Social explicou ainda que, prevenindo a hipótese de outros municípios do distrito de Braga terem feito o mesmo erro, contactou de imediato, à data de 2013, todos os restantes municípios de Braga a alertá-los para a situação. Só dois anos e meio após o alerta é que a edilidade bracarense se pres-

DESTAQUE

A Federação Nacional de Educação (FNE) defendeu ontem que os professores que estão obrigados a devolver o valor de subsídio de desemprego que receberam, devido a um erro na declaração dos descontos feitos por câmaras, «não devem ser responsabilizados». «As pessoas não podem ser prejudicadas relativamente aquilo que receberam como subsídio de desemprego, por um ato que não é da sua responsabilidade e que ocorreu, em alguns casos, há três ou quatro anos. Há uma consolidação do pagamento, devido a ter decorrido este tempo todo, que fará com que, na nossa perspetiva, as pessoas não tenham de repor essas importâncias», disse o secretário-geral da FNE, João Dias da Silva.

tou a retificar declarações com erros que remontam a 2011, 2012 e 2013, revelou ainda a nota da Segurança Social.

*Com Lusa

PERSPETIVAS

CDU quer Governo a tomar posição

REQUERIMENTO A deputada da CDU eleita pelo círculo eleitoral de Braga, Carla Cruz, já fez subir ao Governo o drama que estão a viver as centenas de docentes de Atividades Extracurriculares.

Num requerimento endereçado ao Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, a deputada comunista questiona se o Governo «vai rever» a decisão dos docentes estarem obrigados a devolver os milhares de euros que lhes são reclamados pelo centro distrital de Braga da Segurança Social.

Entende o PCP que os docentes «não podem ser penalizados» por «um erro da entidade empregadora» e que, se não tivesse ocorrido, os docentes «poderiam não ter acedido ao subsídio de desemprego».

PSD culpa gestão socialista

ERROS O PSD/Braga veio ontem a público responsabilizar o Partido Socialista pelo problema que enfrentam os docentes.

Lamentando que «os erros cometidos no passado pelo PS continuem a prejudicar o município e os bracarense», a estrutura "laranja" imputa aos «erros grosseiros cometidos pelo PS», o drama que afeta «centenas de professores», que «estão a ser notificados para devolver milhares de euros que receberam através de prestações sociais de desemprego indevidas, devido a falhas graves nos serviços camarários».

Câmara de Braga vai pedir perdão da dívida aos professores

A Câmara Municipal de Braga anunciou ontem que vai bater-se pelo perdão das dívidas dos professores que receberam prestações sociais de desemprego indevidas, por causa das declarações erradas que os serviços camarários emitiram para o centro distrital de Braga da Segurança Social.

«A Autarquia informa que começou já a encetar contactos com o Instituto da Segurança Social e com o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social no sentido de verificar das possibilidades

de avançar para o perdão das dívidas em causa, ou para a redução significativa das mesmas», afirmou, em comunicado, a edilidade bracarense. A tomada de posição é assumida pelo presidente Ricardo Rio, depois de o drama dos docentes de Braga ter-se tornado "um caso nacional".

Lamentando «profundamente os erros dos serviços técnicos praticados» no tempo do executivo socialista, a nota que o presidente Ricardo Rio enviou às redações dá conta que o seu executivo está agora «empenhado em solucionar» um processo «de grande complexidade» e que afeta «tantos profissionais», sublinha o autarca.

«Perante a complexidade do caso em apreço, a Câmara Municipal de Braga garante que será um parceiro ativo na resolução deste problema, estando, de forma inabalável, ao lado dos docentes, mas na margem estrita das possibilidades que a lei lhe confere», vinca a nota de imprensa.

No mesmo comunicado, o chefe do executivo faz saber que «o Município de Braga vai reunir, no mais curto espaço de tempo, com todos os docentes afetados, disponibilizando os seus serviços, no sentido de lhes prestar todo o apoio necessário na interlocução com os serviços da Segurança Social».

SEGURANÇA SOCIAL
ADMITE REAVALIAR
PROCESSO DE DOCENTES
QUE TÊM
DE DEVOLVER SUBSÍDIOS

Tiragem: 8500

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Regional

Pág: 1

Cores: Cor

Área: 9,64 x 3,78 cm²

Corte: 2 de 2

